

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.795 - SP (2019/0304726-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : LETICIA SUELLEN BONILHA DE OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADOS : ERIKA CRISTINA FLORIANO DE ANDRADE SILVA - SP225256
MIGUEL POLONI JUNIOR - SP309498
LETICIA SUELLEN BONILHA DE OLIVEIRA - SP349280
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JEFFERSON APARECIDO BONILHA DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Jefferson Aparecido Bonilha de Oliveira**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que denegou o HC n. 2194305-86.2019.8.26.0000, nos termos desta ementa (fl. 680):

HABEAS CORPUS – Impetração visando o reconhecimento de constrangimento ilegal, com a consequente soltura do acusado – Discussão acerca da autoria inviável na via estreita do *writ* – Paciente processado como incurso nas sanções do artigo 33, *caput*, da Lei de Drogas – Presença dos fundamentos da custódia cautelar – Ordem denegada.

O paciente foi preso em flagrante, no dia 25/8/2019, pela conduta descrita no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (14 g de cocaína). Na audiência de custódia a prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

Nesta impetração, alega-se, em síntese, a ausência de motivos para a manutenção da prisão preventiva do paciente.

Requer-se, em liminar, a imediata concessão de ordem liberatória, a fim de que o paciente possa responder ao processo em liberdade.

É o relatório.

Do exame preliminar dos autos, observo que a prisão cautelar do paciente é baseada na gravidade abstrata do tráfico de drogas e em elementos configuradores do delito de tráfico (fls. 148/150). Ademais, além de ser o paciente primário, a quantidade de droga apreendida (14 g de cocaína) não evidencia o tráfico de grandes proporções.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **defiro** medida liminar para que o paciente possa aguardar em liberdade o julgamento deste *writ*, se por outro motivo não estiver preso, impondo-lhe, por ora, a medida cautelar prevista no art. 319, I (comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pela autoridade judicial, para informar e justificar atividades).

Comunique-se.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator